

RELATÓRIO ANUAL  
INSTITUTO DE REFERÊNCIA  
NEGRA PEREGUM 2023



# SUMÁRIO

AS BATALHAS E AS VITÓRIAS DE 2023

## QUEM SOMOS

Fundado em 2019, o Instituto de Referência Negra Peregum é fruto do amadurecimento estratégico de uma organização do Movimento Negro brasileiro, a Uneafro Brasil que, desde 2009, através da então Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular (AFDDFP), foi responsável por garantir a mobilização permanente da rede de educação popular que já atendeu mais de 20 mil jovens negras e negros, moradores de periferias e favelas, em sua busca por oportunidades de escolarização, formação universitária e melhores condições de trabalho e renda.

Em 2019, ao final dessa primeira década, enxergou-se a potência de se construir uma organização negra de referência fortalecida institucionalmente, coerente e com forte ação em territórios periféricos, com capacidade de combinar formas de atuação e agentes de atuação, em conexão próxima e ajustada com as necessidades reais, ampliar parcerias com outras organizações, inclusive financiadoras.

Após intenso planejamento estratégico que resultou em mudanças na estrutura de governança, hoje, se apresenta como Instituto de Referência Negra Peregum, um instituto sem fins lucrativos, com natureza jurídica de direito privado, criado por ativistas da luta por equidade e justiça racial e de gênero.

## MISSÃO

O Instituto existe para promover a difusão da educação, da comunicação e dos direitos humanos, bem como a prestação de cuidados e assistência e o estímulo ao protagonismo da população negra no Brasil, suas organizações e novas lideranças da periferia, comprometidas com os desafios sociais da realidade brasileira.

## VALORES

- Comprometimento político e institucional
- Empatia e cuidado
- Construção coletiva com transparência e diálogo

## EQUIPE PEREGUM 2023

### DIREÇÃO EXECUTIVA

Vanessa Nascimento

### DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Sara Neves  
Selma Pereira  
Luiz Guilherme

### SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS

Jéssica Ferreira

### PROGRAMAS

Educação Popular  
Direção: Thiago Rubens  
Coordenação: Fabíola Carvalho

Clima e Cidade  
Aline Guarizo  
Fernanda Pinheiro  
Gisele Brito  
Maira Silva  
Pedro Rezende

Incidência Política e Litigância Estratégica

Direção: Beatriz Lourenço  
Agatha Miranda  
Maria Brant

Proteção e Cuidado

Direção: Cátia Cipriano  
Stephanie Felício

Hub de Comunicação

Márcio Black  
Ana Dindara  
Caco Carvalho  
Djalma Ramalho  
Helbert Rodrigues

Comunicação

Alice de Carvalho  
Camila Nunes  
Luiz Soares  
Mayara Nunes

### CONSELHO CONSULTIVO

Amanda Firmino  
Aparecida Sueli Carneiro  
Cleyton Borges  
Leandro Roque de Oliveira  
Paula Miraglia

### CONSELHO FISCAL

Aparecida Suelaine Carneiro  
Cleber Firmino  
Luciana Guimarães  
Jaqueline Ramos

### APOIOS E PARCERIAS

CLUA - Climate and Land Use Alliance  
Fundação Ford  
Fundação Rosa Luxemburgo  
Imaginable Futures  
Instituto Bem Te Vi  
Instituto Clima e Sociedade  
Instituto Ibirapitanga  
Luminate  
Open Society Foundation  
Fundação Tide Setúbal

# APRESENTAÇÃO DAS DIRETORIAS

## Educação Popular

Existe a partir da premissa de que o acesso à educação é um dos principais vetores para a promoção da igualdade de oportunidades e de justiça racial.

**A atuação se dá em três dimensões:**

- A. Fortalecimento e apoio a lideranças locais, como agentes promotores da atuação no território, apoio logístico, estrutural e busca ativa de oportunidades para qualificação profissional, política e psicológica das lideranças;
- B. Apoio com tecnologia, inteligência e expertise social através do acompanhamento e troca de experiências sobre organização comunitária;
- C. Atuação em rede em diversas camadas, a começar pela rede inicial dos núcleos territoriais da Uneafro Brasil, articulação e vivências entre coordenadores, professores, educadores e ativistas; acesso a redes de articulação regional, nacional e internacional através de participação em grandes campanhas, encontros, atividades formativas, congressos, simpósios, conferências, etc.

## Clima e Cidade

Existe com o propósito de racializar as narrativas e dados nos espaços institucionalizados de políticas urbanas e ambientais, a partir da perspectiva dos movimentos sociais, negros e periféricos.

**A atuação se dá em três dimensões:**

- A. Fortalecimento de ações comunitárias que enfrentam os impactos das mudanças climáticas sobre comunidades negras e periféricas;
- B. Proposição de políticas para o enfrentamento ao racismo ambiental e às desigualdades raciais nas cidades;
- C. Incidência Política para levar debate antirracista em espaços acadêmicos e políticos voltados ao planejamento urbano.

## Incidência Política e Litigância Estratégica

Organizações da sociedade civil e movimentos sociais – que sempre foram atores políticos relevantes e fundamentais no Brasil – têm cada vez mais utilizado práticas de incidência direta, combinadas com ferramentas para construção de posicionamentos e pressão sobre os espaços de tomada de decisão política. O trabalho de Incidência Política deste Instituto se dedica ao acompanhamento dos processos legislativos, bem como da dinâmica de trabalhos do Executivo Federal, e também atuação em fóruns representativos e de defesa de direitos em nível nacional e internacional, sempre com o intuito de avançar positivamente com a agenda de direitos voltados à população negra brasileira.

**A atuação se dá em duas dimensões:**

A - Articulação com redes/frentes do movimento negro e movimentos sociais, tais como: Coalizão Negra por Direitos; Via Campesina; Articulação das Comunidades da América Latina; Observatório do Clima, Frente Brasil Popular; Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito; Núcleo Ypykuerá; Rede PerifaConnection; Coordenação Nacional de Quilombos; ABCD – Ação Brasileira de Combate às Desigualdades, entre outras;

B - Denúncia, incidência e acompanhamento junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário e também internacionalmente, nos mecanismos internacionais.

## Proteção e Cuidado

Existe para oferecer acolhimento e assistência psicológica, assistencial e jurídica aos militantes dos movimentos negros e periféricos, bem como ampliar o debate do direito à proteção e ao cuidado para a população negra e periférica.

**A atuação se dá em três dimensões:**

A - Apoio para o encaminhamento para tratamento psicológico nas redes de cuidados;

B - Apoio emergencial material para defensores de direitos humanos do movimento negro no que diz respeito a emergências de segurança em casos de ameaça ou perseguição;

C - Apoio jurídico para os ativistas e defensores de direitos humanos do movimento negro em casos sistemáticos de ameaça e perseguição; reprodução de protocolos de segurança e segurança digital, apoio em segurança alimentar e cuidados de saúde a mães e familiares de vítimas do genocídio negro, e outras pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente nos territórios onde a Uneafro atua.

# 2023: recomeço da participação popular

Encerramos o ano de 2022, como vocês puderam ler em nosso [relatório daquele ano](#), aliviados com o resultado da eleição presidencial e celebrando várias lideranças progressistas, incluindo militantes e aliadas do movimento negro, eleitas para a Câmara e o Senado. Iniciamos 2023 com um novo Governo Federal e com a retomada do Ministério de Igualdade Racial (MIR), uma importante iniciativa, considerando um país de maioria negra e que não via nos quadros ministeriais quem poderia nos representar. Mas, como as ameaças são constantes, os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 evidenciaram como precisávamos nos manter alerta pela defesa da democracia.

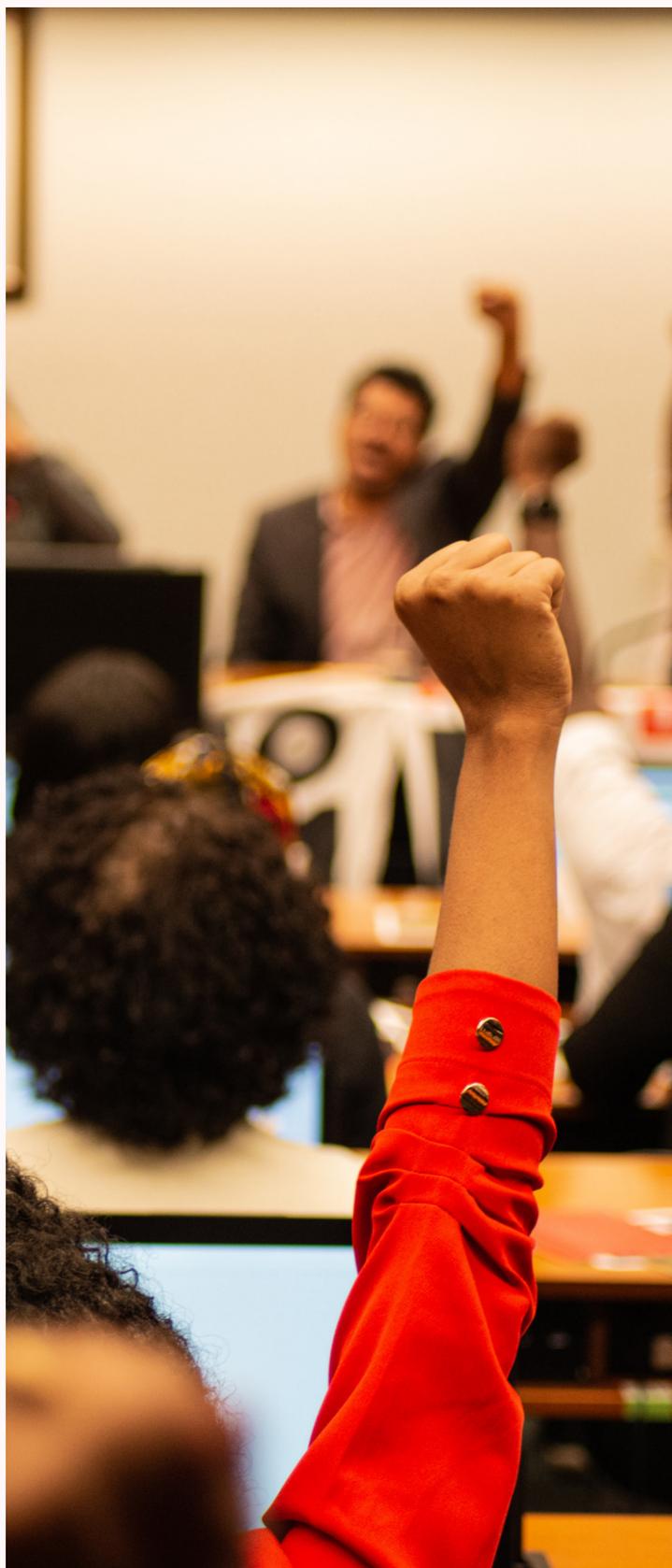
Com este cenário, novos desafios, entre eles, como transformar a chegada de parlamentares negros no Congresso em uma real representação negra articulada com o Movimento Negro. Estabelecemos uma agenda programática, considerando o combate ao racismo e suas diversas vertentes, como a ambiental. Neste debate, é necessário lembrar o lançamento histórico do primeiro livro sobre racismo ambiental organizado pelo movimento negro com uma coletânea de artigos de importantes pensadores negros e negras sobre o tema. **“Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil”** marca o protagonismo de Peregum no debate sobre esse tema no país e a certeza de que estamos no caminho certo ao focar nossos esforços para essa temática, potencializando sua visibilidade nos últimos três anos.



## OS DIREITOS DA JUVENTUDE PRETA E PERIFÉRICA, A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO, AS CIDADES ANTIRRACISTAS, ENTRE OUTROS TEMAS, FORAM NOSSA PRIORIDADE EM 2023. VOCÊS TAMBÉM PODERÃO LER A SEGUIR NESTE RELATÓRIO.

Para lidar com todas essas temáticas, foi crucial a participação efetiva dos movimentos na incidência política após um longo período de quatro anos sem que o Governo Federal abrisse as portas aos movimentos sociais. Esse diálogo constante é prova da importância do monitoramento da sociedade civil organizada na luta pela defesa da democracia. Para articular ainda mais o debate político no Brasil, contamos com uma equipe em Brasília, que tem como foco principal o acompanhamento de pautas, como as cotas raciais na educação. Vitória importante foi a manutenção desta lei após 10 anos de sua criação e com enormes pressões de outros setores que pediam o fim da legislação. É necessário consolidar a democracia sob outros moldes, não a falsa democracia racial existente hoje. Afinal, não haverá democracia enquanto houver racismo.

Temos como missão, no Instituto de Referência Negra Peregum, entre outras ações, inserir as demandas e necessidades urgentes da população negra e periférica no centro do debate da sociedade. Podemos citar, em 2023, a importância da participação de negros e negras nos tribunais superiores, algo que ganhou grande repercussão na sociedade.



Com a campanha “Por uma Ministra Negra no STF”, elaboramos um papel fundamental com ações de incidência política. Afinal, um judiciário cada vez mais branco é o que mais julga pessoas negras, como mostrou a “ADPF Vidas Negras”, que teve um julgamento histórico no Superior Tribunal Federal (STF), com a presença de diversos advogados e advogadas negras, representando o movimento negro. Peregum também estava lá e pôde defender o argumento de que vivemos “o estado de coisas inconstitucional”, principalmente pela alta letalidade de pessoas negras a partir da violência do Estado. Violência esta que o estado de São Paulo promoveu no litoral sul paulista com a “Operação Escudo”, que deixou 28 mortos somente em 2023.

Vivemos tempos de vitórias e avanços promovidos com muito apoio e construções do movimento negro brasileiro. Mas a situação de um Estado que viola direitos fundamentais segue firme. Novamente, nos preparamos para mais um período eleitoral, esperando que candidaturas, partidos e a sociedade tragam para o debate e combatam as estruturas racistas que são a base de nossa sociedade. Em 2024, será a vez dos pleitos municipais.

Candidaturas para prefeituras e vereanças nas cidades brasileiras precisam demonstrar seus compromissos reais em combater o racismo e incluir em seus programas ações concretas. Nas últimas eleições, diversas pessoas que já se declararam brancas passaram a se descrever como negras. O aumento no número de candidaturas negras também se deve ao fato de que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definiu que a distribuição do Fundo Eleitoral aos partidos, bem como o tempo de propaganda

eleitoral gratuita na rádio e na televisão, deve ser proporcional ao total de candidatos negros que o partido apresentar para a disputa eleitoral.

Na prática, em 2020, entre quem se candidatou a prefeito e venceu no 1º turno, 1.732 eram negros (32,1% do total). No segundo turno, 32 candidatos negros concorreram ao cargo de prefeito. Já para o cargo de vereador, foram eleitos 25.960 candidatos negros, cerca de 10% do número total de candidaturas registradas.

Chegou a hora de avançar rumo a índices que coloquem mais representantes que defendem pautas de 56% da população brasileira. Quando as autoridades falam aos quatro cantos do país que é preciso trabalhar e governar para a população brasileira, de qual população eles falam?

Mais que trazer nossas ações e realizações, queremos mostrar nossos posicionamentos para temáticas importantes para a população negra. Afinal, é para isso que vivemos e, aqui, esperamos contribuir para essa reflexão.

**BOA LEITURA!  
INSTITUTO DE REFERÊNCIA  
NEGRA PEREGUM**

# País racista, indivíduos não: como explicar?

As denúncias e reivindicações do movimento negro têm tomado proporções ainda maiores no debate público, no Brasil e no mundo. Discutir política nacional, ou a nível local, sem que a raça seja uma variável, tem se tornado ainda mais desonesto. Isso reflete a relevância e complexidade que a questão racial tem tomado na sociedade brasileira.

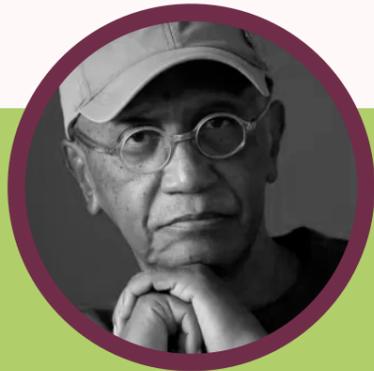
Nesse contexto, o Instituto de Referência Negra Peregum buscou compreender como esse debate público tem influenciado a percepção da sociedade brasileira sobre o racismo através dos resultados da pesquisa nacional intitulada “Percepções sobre o racismo no Brasil”, em parceria com o Sistema Educacional Transformador e Antirracista (Projeto SETA).

A pesquisa, conduzida pela Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (Ipec), **escancara que 44% dos entrevistados apontam que raça/cor/etnia é o principal fator gerador de desigualdades no país.** E a classe social, com 29% de destaque, também é reconhecida como um fator relevante, evidenciando a interconexão complexa entre raça e classe na compreensão das desigualdades. Além disso, **81%** da população concorda que o Brasil é um país racista, porém, apenas **11%** afirmam que têm atitudes ou práticas racistas.

Há um desafio posto: ampliar a compreensão da manifestação do racismo por meio de abordagens institucionais, estruturais e sistêmicas, para além das pessoas com maior escolaridade, grupos de rendimento elevado, jovens e do sexo feminino. O que o movimento negro tem buscado historicamente ao colocar a pauta da educação como centralidade do projeto político, social e pedagógico.



Foto: Fael Miranda



“ Se eu pudesse sintetizar essa pesquisa em uma palavra só, eu diria que ela é estratégica. Nós viemos não só de quatro, mas de seis anos complexos, portanto, ela traz e reforça algumas revelações que nós já tínhamos, mas mostra coisas novas. Primeiro, consolida-se a ideia de que o racismo é um fator importante na vida do Brasil para produzir desigualdades. Mas, para conquistar a equidade, que é o que vai reverter o que a pesquisa evidenciou, nós temos que pensar em novas políticas. Ou seja, deixar bem claro que não é mais possível utilizar Band-Aid para curar fraturas expostas, nós temos que enfrentar o racismo estrutural com políticas públicas adequadas e a pesquisa é um suporte para isso.”

**PROFESSOR HÉLIO SANTOS,**  
FUNDADOR E DIRETOR-PRESIDENTE DO  
INSTITUTO BRASILEIRO DA DIVERSIDADE (IBD)  
E PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO  
DA OXFAM BRASIL.

No âmbito das políticas públicas, a pesquisa indica que 29% discordam totalmente que o Brasil possui ações suficientes para promover a inclusão e oferecer mais oportunidades para a população negra. E segundo 75% dos entrevistados, mais representação da população negra nas instituições é ferramenta crucial para mudança do quadro.

Nesse sentido, Peregum se posiciona abertamente em suas ações, articulando estratégias para colocar em xeque o racismo institucional em nossa sociedade. Para isso, conta com o apoio da sociedade civil e dos movimentos sociais que visam promover direitos e, sempre, visando a responsabilização dos violadores.

Exemplo disso é a participação na ação coordenada pela Ação Brasileira de Combate às Desigualdades (ABCD), o Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades. O projeto reúne um pacote de iniciativas, tais como Observatório, com 38 indicadores que serão monitorados periodicamente, e uma Frente Parlamentar de Combate às Desigualdades.



Foto: Fael Miranda

O lançamento oficial aconteceu em uma solenidade no Congresso Nacional e contou com a presença de deputados e senadores que compõem a Frente Parlamentar de Desigualdade.

O Instituto enxerga o racismo como a base das desigualdades que assolam o país e inibem o exercício pleno de cidadania da população negra, periférica, rural e quilombola que, desde sempre, é a mais vulnerável a todo tipo de violação.

Ainda segundo a pesquisa realizada pelo Ipec, quando o assunto é racismo ambiental, 76% dos respondentes desconhecem ou nunca ouviram falar sobre o tema. O que reafirma a importância do movimento negro em disputar essa narrativa dentre às discussões ambientais e urbanas, centralizando no debate público sua

relevância.

Tendo em vista a importância de fomentar uma narrativa que imprima na sociedade brasileira a relevância do viés racial no âmbito das discussões da agenda climática mundial, Peregum reuniu pesquisadores, ativistas e comunicadores para uma escrita coletiva do livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil”. A publicação foi distribuída dentro e fora do país e vem sendo mencionada como referência na compreensão da sociedade acerca da temática Racismo Ambiental.

Como não se combate todas as desigualdades sozinho, a organização participou de grandes marcos em agendas políticas propositivas no que se refere aos direitos da população negra brasileira.

- ◆ INSTALAÇÃO E LANÇAMENTO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA ANTIRRA-
- ◆ O ENCONTRO NACIONAL DE PARLAMENTARES NEGROS E NEGRAS
- ◆ CERIMÔNIA DE POSSE DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
- ◆ ENCONTRO DA SOCIEDADE CIVIL COM ASSESSORA ESPECIAL DA ONU SOBRE COMBATE AO GENOCÍDIO
- ◆ 32ª SESSÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE ESPECIALISTAS EM AFRODESCENDENTES DA ONU
- ◆ 2º FÓRUM PERMANENTE DE AFRODESCENDENTES DA ONU
- ◆ CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE 2023 (COP28)

**Veja essas ações e temáticas prioritárias a seguir, que basearam o trabalho do Instituto de Referência Negra Peregum em 2023, e como a organização avalia cada uma delas:**

# A importância do ecossistema entre direitos da juventude negra e equidade na educação

Uma educação que reconheça e valorize a diversidade da juventude é essencial para o desenvolvimento pleno dos estudantes e imprescindível aos jovens com recortes de raça, gênero e classe. O Instituto de Referência Negra Peregum acredita que a **promoção dos direitos da juventude e a busca por equidade racial na educação são pilares para a construção de uma sociedade mais justa.**

A instituição considera a educação popular uma ferramenta para o acesso a uma vida com perspectiva e desenvolvimento humano e, a partir desse instrumento, estabelecer a qualidade de vida e a dignidade profissional, acadêmica e, conseqüentemente, a autoestima da juventude negra e trabalhadora.

A educação representa uma ruptura com as estruturas que lançam o povo negro a condições de pobreza por dezenas de gerações, um alçar voo para que estudantes ocupem espaços inimagináveis, concretos e simbólicos, construídos pela concepção de uma sociedade estruturalmente racista.

O trabalho pela inclusão reconhece que grande parte dos jovens enfrentam desafios como pobreza, falta de acesso à educação de qualidade, violência e discriminação. A juventude negra é



frequentemente discriminada e privada de oportunidades educacionais compondo os maiores índices de evasão escolar do país.

Segundo a pesquisa Percepções sobre o racismo no Brasil, a cada 10 pessoas que relatam ter sofrido racismo, aproximadamente 4 vivenciaram a violência em instituições de ensino, escolas, faculdades ou universidades. A pesquisa mostra o quanto as instituições de ensino andam a passos lentos na luta por equidade e justiça racial.

A lei federal 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de “história e cultura afro-brasileira” dentro dos componentes curriculares que já fazem parte da grade escolar dos ensinos fundamental e médio. Entretanto, a pesquisa demonstrou que, na prática, a realidade é outra, apenas **46%** aprenderam história e cultura afro-brasileira na escola, **37%** sobre racismo, **25%** história e cultura africana.

A fim de equalizar as disparidades na educação entre jovens negros e brancos e preencher as lacunas causadas pela negligência do poder público para com a educação da juventude negra e da classe trabalhadora, a diretoria de Educação Popular do Instituto de Referência Negra Peregum apoia o movimento Uneafro Brasil na luta por equidade racial na educação.

**Peregum é uma organização que está a serviço das demandas dos movimentos sociais negros.**

A **Uneafro Brasil** é um desses movimentos, que se organiza a partir de núcleos dos cursinhos pré-vestibulares nas periferias das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, visando a formação política de jovens negros e periféricos e a inserção dos estudantes nas universidades públicas e privadas de todo o país.

Peregum e Uneafro estão unidos na luta por incidência em políticas públicas de promoção dos direitos da juventude e de equidade na educação como, por exemplo, o pedido de revogação da reforma do ensino médio em 2023.

A precarização trazida pela proposta afetaria principalmente os jovens negros e a classe trabalhadora que, anteriormente, já haviam passado pela reforma da previdência e pela reforma trabalhista. Essa realidade está

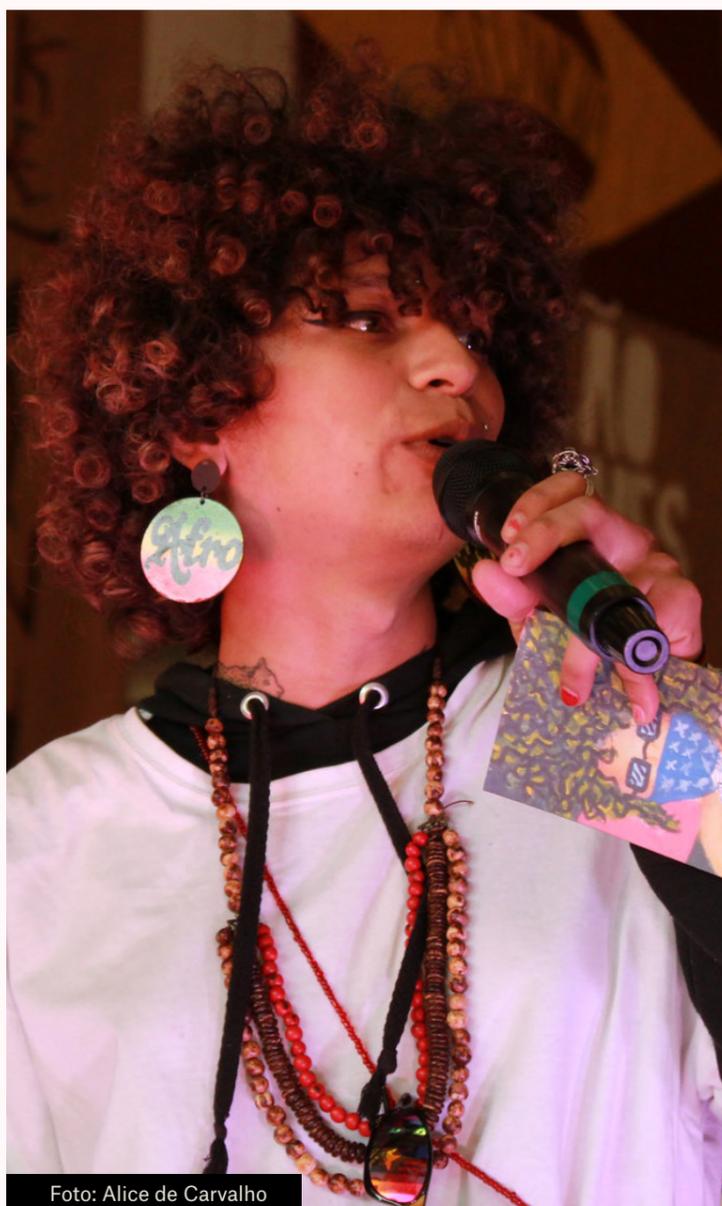


Foto: Alice de Carvalho

sistematizada no documento construído pela Uneafro Brasil.

Dada essa conjuntura, foi criada a **Jornada Pela Equidade Racial Na Educação**, que em sua primeira edição, em junho de 2023, construiu a ida de 150 estudantes, coordenadores e professores militantes dos núcleos de educação popular da Uneafro para influenciar em agendas do Ministério da Educação, Ministério do Meio Ambiente, Palácio do Planalto, da Frente Parlamentar Mista Antirracista, da Câmara e do Senado Federal, e uma aula pública sobre juro na porta do Banco Central.

Na função de construir autonomia e potencializar quadros jovens, o projeto **Jovens Promotores de Direitos Antidiscriminatórios** retornou com o objetivo de ampliar a atuação de 30 jovens ligados à Uneafro Brasil e/ou atuantes nas comunidades do entorno, ao oferecer aprendizado e formação no combate a diferentes formas de discriminação racial.

O projeto realizou cinco encontros formativos com vivências em espaços de educação informal, a partir da conexão e das trocas de conhecimentos com coletivos e pesquisadores que atuam em defesa de direitos individuais e coletivos e no combate às discriminações de raça, gênero, idade e sexualidade. A vivência contribuiu com a formação política e acadêmica desses jovens que, meses depois, iriam concorrer nos vestibulares estaduais e no Enem.

No dia 13 de maio de 2023, **30 núcleos dos cursinhos populares da Uneafro Brasil** compostos por estudantes, coordenadores e professores se reuniram no prédio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para um aulão inaugural que teve como objetivo discutir o processo abolicionista no Brasil, denominado



Foto: Alice de Carvalho

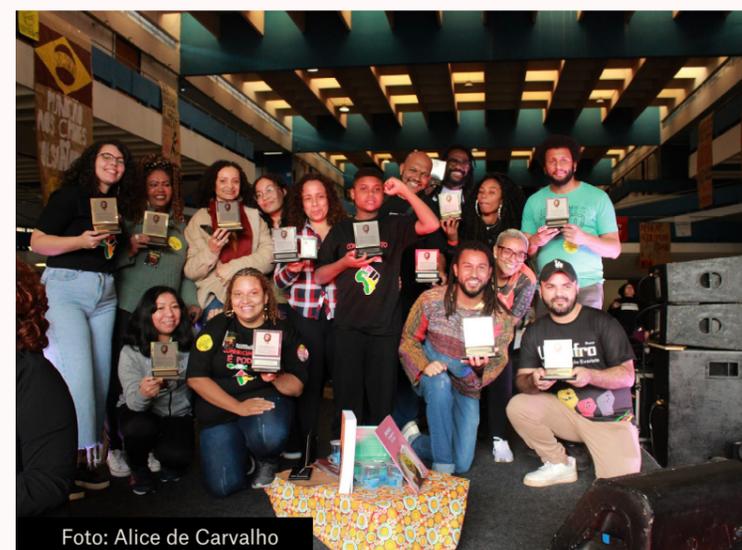


Foto: Alice de Carvalho



por estudiosos do movimento negro como Falsa Abolição.

O evento contou com a presença da liderança do Movimento Negro Unificado, a geógrafa Regina Lúcia; com a palestra do professor e pesquisador do Núcleo Afro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e autor do livro “O Massacre dos Libertos: Sobre Raça e República no Brasil”, Matheus Gato; da mediação da coordenadora da mandata Quilombo Periférico e integrante do Núcleo Ilda Martins, Débora Dias e de autoridades do Ministério da Educação.

O aulão da Uneafro reuniu centenas de estudantes numa experiência formativa, dentro de uma das principais universidades do Brasil, num ato público e político de ocupação de um espaço historicamente negado à população negra e periférica.

Em 2023, a diretoria de Educação Popular também apoiou o movimento Uneafro na inauguração da sede localizada na Rua da Abolição, 418. O espaço é local de encontro, administração geral, cursinho e também oferece orientação jurídica e atendimento psicológico à população, além de contar com o acervo da biblioteca Lélia Gonzalez, inaugurada no mesmo ano, para estudos, leitura e consultoria histórica do movimento negro.

O Instituto acredita numa educação gratuita, acessível e de qualidade para todos os jovens, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural. Sendo assim, fomenta e apoia as ações do movimento Uneafro que mobiliza centenas de pessoas, que doam parte de suas vidas, para que jovens negros acessem a universidade.

É através dessa mobilização coletiva que é possível contribuir para uma educação mais justa e equitativa.



Foto: Alice de Carvalho



**SUELAINÉ CARNEIRO, COORDENADORA DE EDUCAÇÃO DO GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA**

“ Sem dúvida nenhuma, Peregum é uma organização referência no debate racial na educação. Sua atuação está comprometida com a efetivação de políticas e práticas educacionais que possibilitem o pleno desenvolvimento das habilidades cognitivas e emocionais de nossos estudantes, em particular de negras e negros. Para isso, atuar a partir dos compromissos dos movimentos negros com a educação é uma premissa de Peregum, e em todas as suas ações e produções, a educação antirracista está presente. Destaco a coleção de materiais paradidáticos que a organização elaborou para suas formações, assim como ofereceu subsídios para as ações da Secadi/MEC. Peregum é parte do ecossistema de organizações que acreditam que podemos contribuir com as transformações sociais com vista à igualdade de gênero e raça por meio da educação.”



Foto: Alice de Carvalho

# A representatividade negra onde ela jamais foi vista

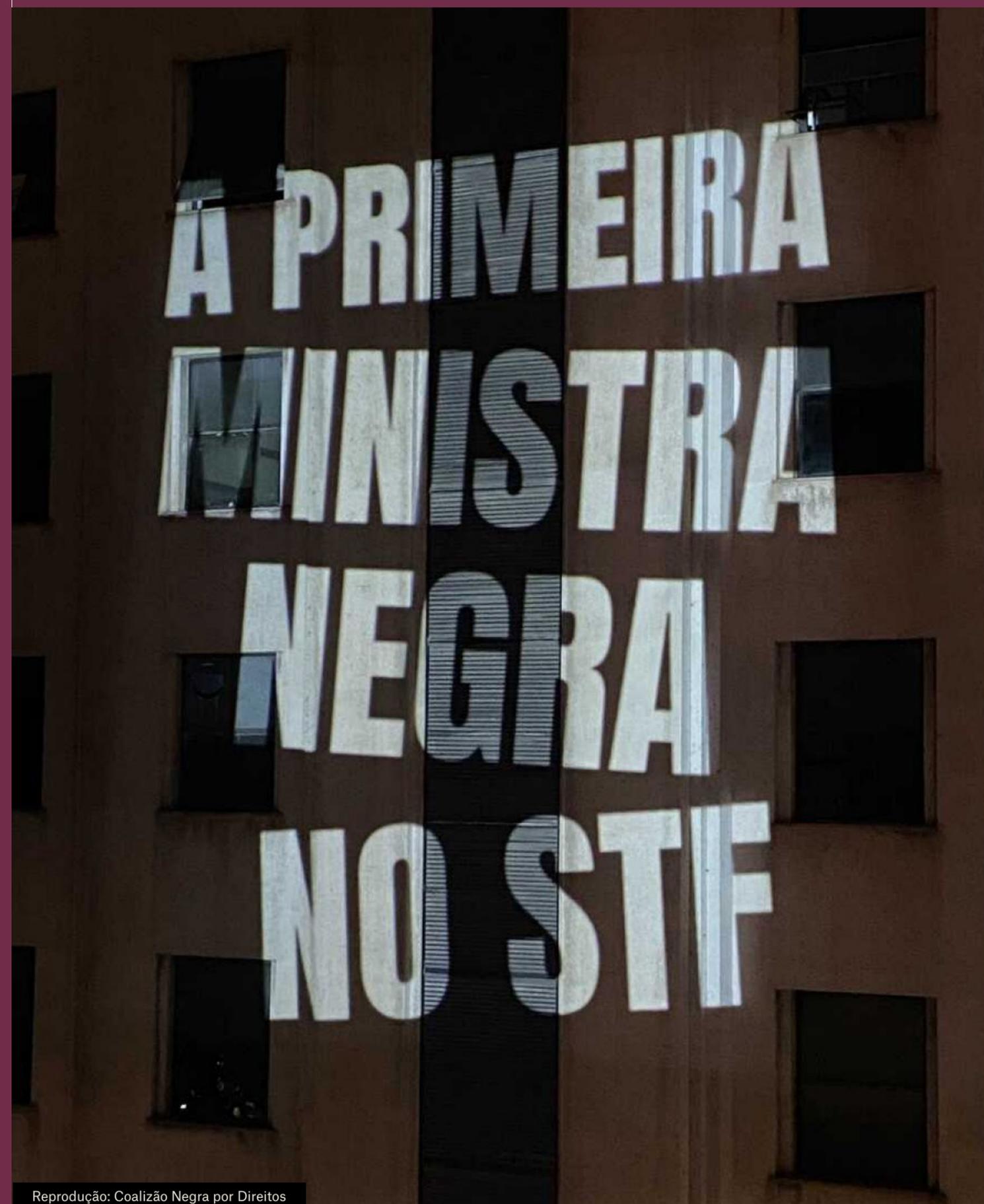
A comunicação representa um elemento fundamental para a expressão das classes populares. No âmbito da justiça racial e das incidências antirracistas, ela serve para **garantir a representatividade de opiniões** que, muitas vezes, seguem ocultas pela grande mídia, além de permitir que diferentes grupos sociais se organizem e exerçam sua cidadania e protagonismo.

Nos últimos anos, comunicadores engajados na luta antirracista, movimentos sociais e mídia independente pautaram a grande mídia em relação ao racismo estrutural presente nas coberturas de chacinas, massacres, desastres ambientais. O objetivo é reformular a comunicação a partir de um viés antirracista, evitando estigmas raciais, concedendo o protagonismo, o direito de resposta, a promoção de direitos humanos e a reparação por meio de informações produzidas de maneira humanizada.

Além da busca pela representatividade justa e adequada na mídia tradicional e nas campanhas publicitárias como um todo, o movimento negro busca utilizar, cada vez mais, da **comunicação e da arte de comunicar como forma de incidência política**.

Sabendo disso, em 2023, a comunicação obteve um papel estratégico no combate e enfrentamento ao racismo dentro das ações do Instituto de Referência Negra Peregum.

Para que o Brasil possa falar em equidade racial, ainda é necessário que corpos negros ocupem todos os espaços de relevância e protagonismo social. Nas propagandas, no entretenimento e, principalmente, nas bancadas e edições dos principais jornais, nas universidades, nas câmaras federais, estaduais e municipais, no Supremo Tribunal Federal de forma proporcional, tendo em vista que 56% da população brasileira é negra.



Reprodução: Coalizão Negra por Direitos

A luta do movimento negro é para que a população negra consiga ocupar os espaços de decisão e permaneça nesses locais com integridade física, psicológica e com sua dignidade humana respeitada, inclusive na forma como são retratados pelos meios de comunicação.

Foi pensando nesse compromisso com a população negra que o HUB de Peregum foi palco para difusão de campanhas e na gestão da iniciativa “Imagine a dor, adivinhe a cor”. Além disso, a equipe foi responsável por criar ações pela inserção de representantes negros e negras em espaços públicos de decisão, vide a campanha “A primeira ministra negra no STF”.

A campanha ocupou as ruas de todo o país com cartazes, faixas e projeções que clamavam pela representação de uma mulher negra. É importante salientar que, nos 132 anos de existência da Suprema Corte, nunca houve uma mulher negra como ministra.

A publicização da campanha através de alternativas populares engajou a população em uma profunda reflexão das desigualdades dentro do judiciário nacional e do quanto as mulheres negras contribuem nas lutas por justiça e igualdade em todo o Brasil. A nomeação de uma ministra negra seria o primeiro passo para que o Supremo Tribunal Federal reconhecesse essas contribuições.

No sentido de contribuir para a mobilização de ações com base em informações relevantes, o Instituto de Referência Negra Peregum, em parceria com o **Projeto SETA**, encomendou a pesquisa “Percepções sobre o racismo no Brasil”, realizada pelo Ipec, utilizada para identificar a opinião da população brasileira relativa à percepção sobre o racismo.



**“ Vejo com muita alegria e tenho a honra de presenciar o quanto o Instituto Peregum atende uma lacuna imensa nas organizações sociais e de defesa de direitos humanos no que se refere ao enfrentamento do racismo no Brasil e, por que não dizer, a nível global. Mais que isso, Peregum cumpre com muita legitimidade e qualidade a demanda histórica de fortalecer as lutas dos movimentos negros. Quando Peregum cumpre essa tarefa, sem dúvida, apoia a construção de um mundo mais justo, com equidade!”**

**CLEYTON BORGES,  
CONSELHEIRO CONSULTIVO  
DO INSTITUTO PEREGUM**

**Peregum acredita que a participação popular é essencial para o sucesso das iniciativas de comunicação antirracista.**

É fundamental que os diferentes grupos sociais se engajem na luta contra o racismo e participem da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e é nesse sentido que o Instituto Peregum tem sido um ator importante na articulação do campo.

Em 2023, foi lançada a Frente Parlamentar Mista Antirracismo, o que demonstra a importância da atuação de Peregum no Congresso Nacional, reafirmando a centralidade da pauta racial na atuação legislativa. Naquele ano, foram diversos os tensionamentos sobre Projetos de Lei e propostas que afetavam diretamente a vida do povo negro, como a PEC da anistia dos partidos políticos, a Lei Orgânica das Polícias

e os desafios para aprovação do projeto de lei que garantia a continuidade da política de cotas nas universidades federais brasileiras.

No mês de junho, por exemplo, participamos da audiência pública que tratava das ações afirmativas, justiça racial e democracia no Brasil, audiência que seria fundamental para a votação e aprovação do PL das Cotas (Projeto de Lei 5384/20) meses depois.

Em relação à articulação para aprovação do Projeto de Lei de Cotas, a atuação do Instituto de Referência Negra Peregum merece destaque. Foram dezenas de reuniões com os parlamentares para garantir a aprovação do projeto, reuniões de articulação entre a relatora do projeto e movimentos negros, acompanhamento permanente da tramitação nas comissões e campanhas nas mídias sociais.



Foto: Supremo Tribunal Federal

Outro fato a ser mencionado novamente no poder executivo foram os compromissos aceitos e declarados no diálogo direto com Camilo Santana, Ministro da Educação, que aconteceu durante a 1ª Jornada pela Equidade Racial na Educação.

Ainda no âmbito do Congresso Nacional, O Instituto de Referência Negra Peregum assumiu a secretaria do Grupo de Trabalho de Racismo Ambiental da Frente Ambientalista, ampliando o debate produzido pelos movimentos sociais sobre o tema.

Já no Judiciário, Peregum também esteve em momentos importantes, como na reunião ampliada para tratar das propostas de PEC da Anistia e da Reforma Eleitoral que tramitavam no Congresso, com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, que contou com participação de nossa nova diretora de Incidência Política, Beatriz Lourenço, em Peregum desde setembro de 2023.

Outro marco importante de 2023 foi a campanha sobre o perfilamento racial, que analisou, através de uma dimensão coletiva, a manifestação do racismo institucional nas abordagens policiais feitas sem critérios objetivos ou baseadas apenas na cor da pele.

A campanha também se manifestou contra o reconhecimento facial e outras tecnologias que utilizam dados antropométricos para identificação, monitoramento e rastreamento de pessoas a partir de reproduções de teorias eugenistas, mostrando a face do racismo institucional aplicado à segurança pública.

A incidência política do Instituto também teve participação em um dos momentos mais históricos para ações coletivas. O julgamento da **ADPF Vidas Negras**, que avaliava o estado de coisas inconstitucional apresentado pelo movimento negro a partir do racismo estrutural que alimenta a sociedade brasileira. Durante o julgamento, advogadas e advogados do

movimento negro participaram ativamente.

O Estado brasileiro é culpado pelo genocídio da população negra perpetuado por séculos. Não há mais espaço para defender algum tipo de tese que demonstre o contrário disso. A sociedade brasileira precisa entender os impactos do racismo na vida da população negra e periférica.

No âmbito internacional, a incidência política do Instituto vem atuando diretamente para a retomada do Japer, acordo entre Brasil e Estados Unidos para Eliminar a Discriminação

Racial e Étnica e Promover a Igualdade. O Plano se divide em quatro eixos: Educação, Saúde, Cultura e Memória e Combate à Violência Letal.

No mesmo sentido, estivemos na II edição do Fórum dos Afrodescendentes da ONU, ocasião em que pautamos caminhos para uma educação antirracista, perfilamento racial e políticas de reparação para a população negra, bem como no Fórum Global contra o racismo da Unesco e na COP 28, reafirmando a agenda do movimento negro brasileiro e incidindo para a adoção de ações efetivas de superação do racismo.



# A relação entre a psicologia e a pauta antirracista

Os discursos formulados pela hegemonia branca, desde o pré-colonialismo até os tempos atuais, veiculam uma narrativa construtora de percepções e representações sociais que desqualificam e desvalorizam a cultura, as tradições, a estética e a identidade dos povos não brancos como um todo e, principalmente, dos povos africanos e ameríndios escravizados nas Américas e em outras partes do mundo.

O grupo dominante branco define a norma, aquilo que “deveria ser”, dentro do conjunto de características físicas e culturais de outros povos e de suas múltiplas identidades. Os 350 anos do colonialismo no Brasil impôs aos descendentes de africanos, por meio da desqualificação constante do seu modo de ser e estar no mundo, uma concepção de que era preciso representar e se identificar com a branquitude para ser aceito socialmente.

Neste processo, que permeia a construção do Brasil, descendentes de africanos resistiram através da expressão de suas tradições, religiosidade, cultura, musicalidade, mas foram marcados por severas punições institucionais, e de uma forçosa tentativa de adaptar seus corpos à normatividade hegemônica.

Outra parcela dessa população, em alguns casos por temer a coação social ou por ruptura da identidade, foi assimilada pela branquitude num mimetismo dos valores, tradições e padrões esteticamente impostos.

Como se pode analisar, além do prejuízo social que acomete a população negra brasileira, também há um prejuízo simbólico, invisível aos olhos, porém de uma concretude imensa. Segundo dados do Ministério da Saúde, o índice de suicídio entre jovens negros é 45% maior do que entre brancos. A discriminação racial e a ausência de perspectiva são fatores que contribuem fortemente para esse triste cenário.



Foto: Circuladô de Oyá

**A PSIQUIATRA E ESCRITORA  
NEGRA BRASILEIRA, NEUSA  
SANTOS SOUZA, DIZIA:**

“ Saber-se negro é viver a experiência de ter sido violentado de forma constante, contínua e cruel pela dupla injunção de encarnar o corpo e os ideais do Ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do seu corpo negro”.

**O Instituto de Referência Negra Peregum busca investir na autonomia da população negra e das lideranças negras através da compreensão e do acolhimento da pessoa em sua totalidade.**

O Instituto Peregum possui uma parceria com a Universidade Cruzeiro do Sul, que promove um trabalho conjunto com alunos, supervisores e professores a fim de refletir o quanto a psicologia está distante da pauta antirracista. Além disso, propõe soluções para que profissionais conduzam os atendimentos através de uma abordagem culturalmente sensível.

Em 2023, a parceria desenvolveu uma formação com profissionais da área a partir de um referencial teórico com nomes como **Neusa Santos Souza, Frantz Fanon, Cidinha da Silva, Janaina Damasceno, Isildinha Baptista e Virgínia Leone Bicudo**, para que se pudesse debater as dinâmicas sociais que afetam profundamente a saúde mental da população negra e considerar isso nos atendimentos.



Foto: Banco de Imagem

A formação deu base aos atendimentos virtuais e presenciais oferecidos pelos estudantes da pós-graduação da Universidade Cruzeiro do Sul à população parda e preta que compõe o movimento social negro e aos alunos do cursinho virtual da Uneafro Brasil.

Contar com profissionais que compreendam os efeitos do racismo estrutural e, conseqüentemente, o impacto deste nas vivências da população negra faz toda a diferença para que o profissional ofereça a segurança necessária e que o paciente possa elaborar suas feridas sem se sentir invalidado ao expressar situações específicas de um corpo atravessado pelo racismo.

Nessa caminhada, Peregum teve a oportunidade de contar com uma rede de profissionais dedicados no atendimento e acolhimento psicológico da população negra e periférica e, a eles, gostaríamos de expressar os nossos mais sinceros agradecimentos: Angela Neves, Thais Jesus Santos, Rodrigo Xavier, Ana Helena Augusto de Souza, Márcia Leila, Natália Gil, Dejanira Santos, Gabriela Andrei Fischmann, Carla Regina Gonçalves de Andrade, Elizaldo Veríssimo e Marileide Gonçalves da Cruz.



Foto: Banco de Imagem



**MARIA JOSÉ MENEZES,  
CONSELHEIRA CONSULTIVA DO  
INSTITUTO PEREGUM**

“ O país é um dos lugares mais perigosos para as lideranças negras que sofrem, além das violações sistemáticas de seus direitos, elas vivem sob constantes ameaças e riscos, inclusive por parte dos agentes públicos.

A iniciativa de Peregum em oferecer um serviço de cuidado psicológico para lideranças negras, incluindo práticas integrativas, é de extrema importância e um exemplo para outras organizações que também fazem a luta pelos direitos humanos e pela dignidade do povo negro.”

A iniciativa de Peregum em oferecer um serviço de cuidado psicológico para lideranças negras, incluindo práticas integrativas, é de extrema importância e um exemplo para outras organizações que também fazem a luta pelos direitos humanos e pela dignidade do povo negro.”

Neste processo contínuo de pensar e articular ações em prol da saúde mental da população negra, Peregum desenvolveu, junto ao movimento, uma campanha dentro das ações do **Setembro Amarelo**, e como disparador lançou a crítica social através de três eixos: a herança do colonialismo; saúde mental e segurança pública; e os medos e inseguranças produzidos pelo racismo ambiental.

O colonialismo deixou como herança à população negra o adoecimento em decorrência

do racismo e desumanização dos corpos, que culminou na baixa autoestima, na violação extrema da mão de obra, na ausência de uma percepção positiva acerca da cultura dos povos de matriz africana, negligências, abusos, entre outras violações de direitos humanos.

Os primeiros registros de suicídio da população negra são do período colonial. O Instituto de Referência Negra Peregum busca a igualdade pela área da educação e pela área do cuidado, visando dar as ferramentas necessárias a partir de uma compreensão do que é ser uma pessoa negra, do resgate da identidade e da desconstrução da percepção negativa causada pelo racismo.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta que 84% das pessoas mortas em operações policiais são negras. Como está a



Foto: Circuladô de Oyá

saúde mental de quem sobrevive à violência policial? Este é mais um apontamento feito pela campanha do Setembro Amarelo, a desconexão entre a garantia de direitos da população negra quando relacionamos segurança pública e saúde mental.

O Sistema Único de Saúde (SUS) e os sistemas de acolhimento não são preparados para acolher as demandas de pessoas que sofrem violações pelas mãos da segurança pública, por meio de abordagens aleatórias, prisões indevidas, tempo de prisão, violação das pessoas que passam pelas unidades penitenciárias, considerando detentos e familiares.

Em última análise, o racismo ambiental é um outro recorte a ser visto dentro do âmbito da saúde mental da população negra. Se não há o que comer, como haverá estabilidade emocional? A falta de acesso à terra produz adoecimento, seja pela insegurança alimentar

ou pela falta de condições para o acesso a uma moradia digna.

Quem acolhe as vítimas de um desabamento ou de uma enchente? Quem acolhe o luto de pessoas que perderam seus entes queridos nessas condições? A reparação histórica exige a responsabilização do poder público, das instituições e dos donos de terra deste país que lançaram a população negra à própria sorte depois de centenas de anos de exploração.

Há 522 anos, o racismo produz, de diferentes formas, o adoecimento em nossa população. Peregum busca fazer uma leitura ampla da garantia de direitos da população negra, entendendo como a saúde mental é um campo a ser disputado e organizado para que a gente possa pensar em políticas que sejam garantidoras e não violadoras de direitos.



Foto: Banco de Imagem

# Cidades segregadoras e o impacto do racismo ambiental

As cidades brasileiras, historicamente, não foram feitas pensando no futuro de seus moradores, mas planejadas para o mercado imobiliário, tornando tangíveis e seguros seus lucros. O amplo incentivo à verticalização, com aumento da rentabilidade para os empreendedores, significa o agravamento da segregação racial das cidades. Além disso, o barateamento dos custos de construir aponta um conluio claro entre mercado e Estado.

Exemplo disso está na situação ocorrida no bairro do Bixiga, que tem tido acompanhamento de Peregum. A equipe participou de audiências públicas, seminários e articulação no bairro e com outros atores, como parlamentares e técnicos. Chamada de **Mobiliza Saracura Vai-Vai**, a articulação reúne a comunidade do Bixiga e organizações do movimento negro para lutar pela memória e permanência da população negra no bairro, que foi um quilombo no período escravista e permanece negro até os dias de hoje.

Considerar os impactos raciais da transformação urbana e do meio ambiente para desnaturalizar os processos de embranquecimento e exclusão, assim como destinar fundos públicos e investimento privado para a política de permanência, observando mecanismo de equidade racial no atendimento habitacional, assim como políticas de patrimônio e memória, seria, em tese, uma forma para enfrentar os efeitos racistas dessa expansão realizada atualmente.

A **7ª Jornada de Moradia Digna – Por Cidades Antirracistas** contou com esse tipo de debate. Realizada entre abril e junho de 2023, teve amplo apoio de Peregum. Em sua sétima edição, a Jornada é uma parceria entre a Defensoria Pública e movimentos sociais, em especial os de Moradia. Além de incidir na escolha do tema,



Peregum foi responsável pelo desenvolvimento da metodologia dos 12 encontros preparatórios, mapas e materiais de divulgação, além de ser membro da comissão organizadora do encontro, em junho de 2022. Cerca de 600 pessoas participaram do processo, entre moradores de ocupações, lideranças de movimentos de moradia e defensores públicos.

As desigualdades raciais que refletem essa lógica do sistema capitalista são perversas, e neste sentido, a discussão sobre o racismo ambiental é necessária para pensarmos em modelos sustentáveis e antirracistas de desenvolvimento.

Em 2023, o Instituto Peregum lançou o livro *“Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil”*, um marco para o movimento negro ao apresentar sua primeira publicação sobre o tema com uma coletânea de textos de especialistas negros. Além disso, como parte do processo de visibilidade e conhecimento sobre o tema, o Instituto trouxe ao Brasil o lançamento do filme *“Can I Live”*, de **Fehinti Balogun**. A produção, feita durante a pandemia de covid-19, aborda o tema do racismo ambiental de forma simples, narrando correlações entre as emergências climáticas e o dia a dia da população. Mais de **200** pessoas assistiram às sessões presenciais em Salvador e São Paulo, em parceria com a Associação de Profissionais do Audiovisual Negro (APAN), na sede do Instituto e em sessões especiais realizadas pela SP Cine e Itaú Cultural. Todas essas ações foram realizadas com apoio da International Resource for Impact and Storytelling (IRIS).

**As ações estratégicas do Instituto de Referência Negra Peregum visam ao enfrentamento do racismo ambiental, às mudanças climáticas, ao embranquecimento das cidades e à segregação e desigualdade racial.**



**REGINA LÚCIA DO SANTOS,  
GEÓGRAFA, MILITANTE E  
COORDENADORA ESTADUAL DO  
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO  
– MNU, EM SÃO PAULO**

“Eu penso que a contribuição do Peregum é enorme nesse assunto, porque era uma questão que preocupava a nível individual várias pessoas que estão na luta de combate ao racismo, mas que se colocam enquanto indivíduos nessa discussão. Peregum coletiviza, coloca pra geral a questão do racismo ambiental. Penso que a contribuição de Peregum já está colocada na história no que tange a discussão do racismo ambiental.”

Segundo o Sexto Relatório de Avaliação (AR6) para Adaptação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC (2022), o maior desafio para alcance das metas de redução dos gases de efeito estufa (GEE) será reduzir as desigualdades que impactam povos

e comunidades tradicionais, trabalhadoras(es), mulheres e crianças nas regiões que vivem, hoje, escala exponencial de aquecimento superficial territorial e aumento das chuvas.

Exemplo disso foi a participação do Instituto na construção do **Pacto Nacional Pelo Combate às Desigualdades**, participando nas reuniões metodológicas para o desenvolvimento de indicadores para o Pacto, bem como na elaboração de alguns indicadores.

Os planos diretores das cidades, feitos sem ampla participação social e formulados de forma a garantir os interesses de grandes capitalistas urbanos, têm tornado as cidades violentas e criminosas para a vida ambiental, social, cultural e econômica das pessoas negras. O planejamento urbano é o racismo ambiental em perversidade visto e sentido nos espaços criminalizados (densamente populacional negro) geograficamente (aglomerados subnormais): as favelas, periferias, baixadas, morros, vales e palafitas.

Como é o caso do Plano Diretor de São Paulo, muito debatido ao longo de 2023 e com grande participação do Instituto Peregum em colaboração com a articulação Mobilização Estação Saracura Vai-Vai. Peregum colaborou com a articulação, participando de audiências públicas sobre a revisão do Plano Diretor Estratégico, e dando aporte técnico para a elaboração e escrita de emendas ao Plano, além de somar na incidência junto a parlamentares para inclusão das propostas. A partir dessa incidência, o Plano Diretor incluiu, pela primeira vez, abordagem racial no planejamento da cidade.

Isso já é realidade e, apesar de ser direcionado a um território específico da cidade, a inclusão desse paradigma abre novas possibilidades de disputa em toda a cidade. A articulação com



Foto: Fael Miranda



Foto: Fael Miranda

o bairro do Bixiga tem participado de diversos encontros e debates em universidades, sindicatos, feiras, escolas e festivais de cultura, afirmando a importância de desnaturalizar a exclusão da população negra da cidade e construir políticas objetivas de enfrentamento ao racismo, à segregação racial e à desigualdade.

Não se pode deixar de citar o caso do desastre em São Sebastião, em fevereiro de 2023, quando o Instituto se manifestou sobre os desdobramentos da situação para apoiar a Defensoria Pública de São Paulo em processo, reiterando a gravidade do racismo ambiental nos desdobramentos e na urgência de atendimento habitacional e medidas reparatórias.

Para tanto, foi realizada uma série de com Peregum esteve em reuniões com representantes dos Ministérios do Meio Ambiente e da Fazenda, com organizações da sociedade civil e movimentos sociais para tratar do Plano de Transformação Ecológica. **Representando a Coalizão Negra Por Direitos**, Peregum colaborou com a construção de um estudo prévio sobre o Plano e redigindo o texto apresentado aos ministros durante o ato público em 17 de novembro de 2023.

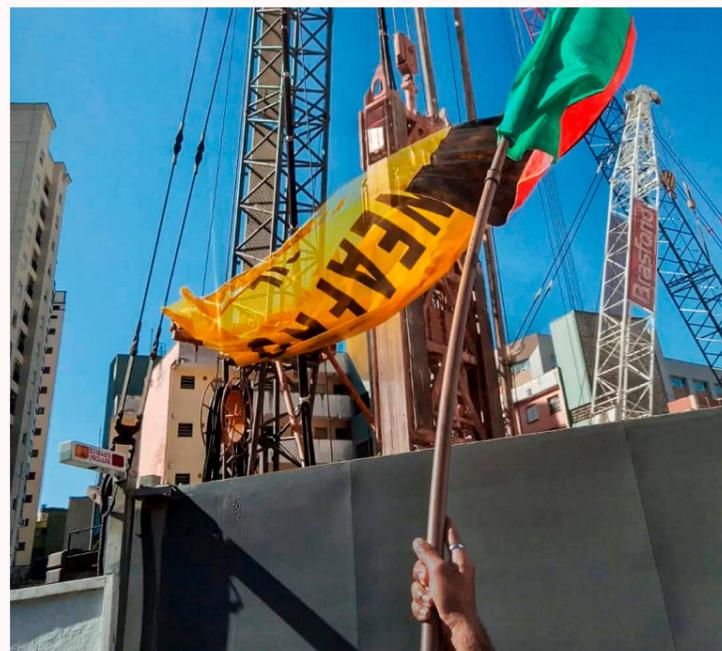
Em 2023, o Instituto Peregum construiu a articulação que deu origem à Rede de Adaptação Antirracista, que promoveu uma série de ações, como um encontro com os ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Igualdade Racial (MIR) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), além da participação em audiências públicas e seminários debatendo o Plano Nacional de Adaptação Climática.

Além disso, a coordenação de Combate ao Racismo Ambiental, criada em 2023, tem realizado uma série de ações, como participação em audiência pública para implementação de Projeto de Lei que institui o Dia Nacional de

Combate ao Racismo Ambiental e Climático.

Outros exemplos, o Instituto contribuiu na ampliação do debate sobre racismo ambiental a âmbito nacional na construção do documento: **Princípios e Diretrizes para o enfrentamento do racismo ambiental no Brasil**. Realizado junto a outras 20 organizações, o documento foi organizado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Vale ainda destacar o trabalho enquanto secretaria executiva no Grupo de Trabalho de Racismo Ambiental da **Frente Parlamentar Ambientalista da Câmara dos Deputados**, um espaço importante para os movimentos e as instituições trazerem as pautas e as denúncias sobre violações de direitos causadas pelo racismo ambiental dentro do espaço legislativo.

Há anos, gerações de famílias negras e periféricas precisam construir uma nova vida depois de enchentes, deslizamentos e outras catástrofes ambientais. O racismo ambiental afeta e viola os direitos daqueles que menos contribuíram para a crise climática e humanitária.



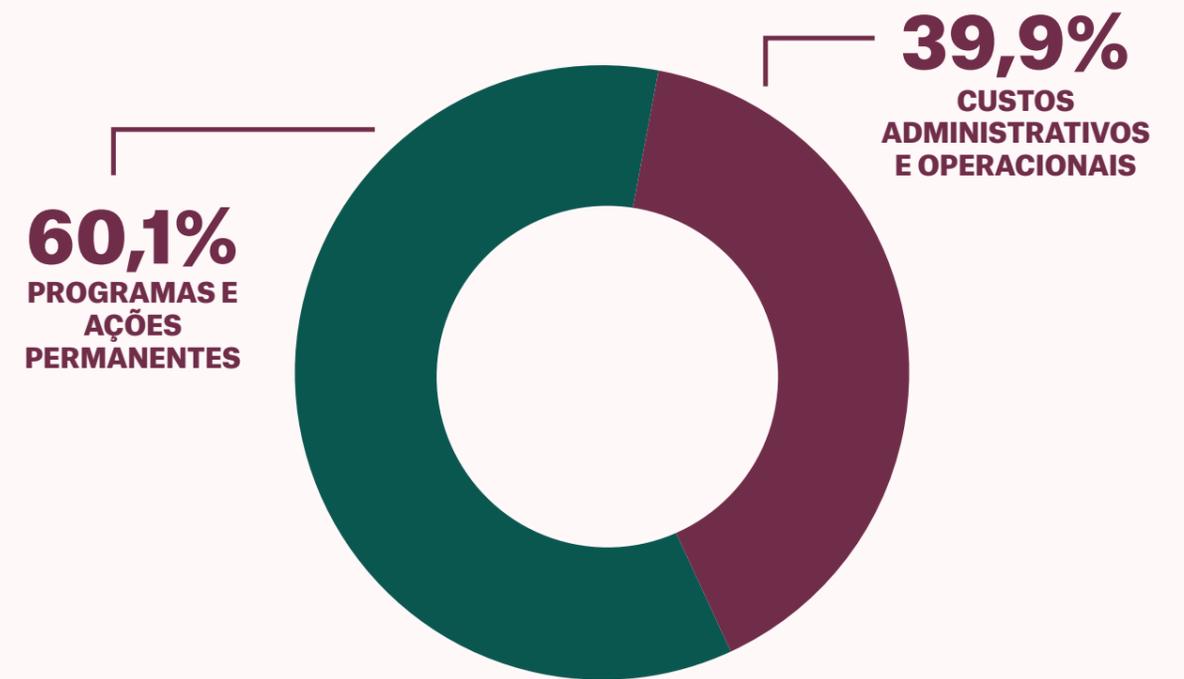
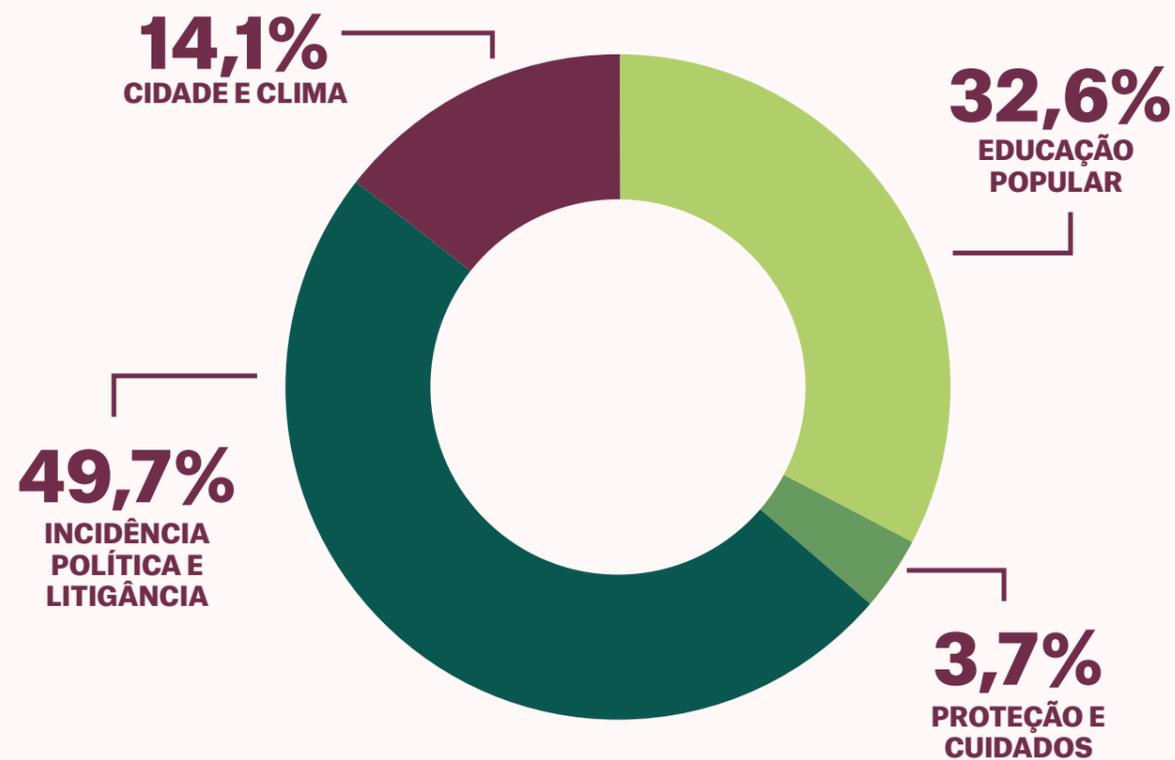
# Resumo orçamentário 2023

TIPO DE DESPESA		VALORES AFERIDOS DAS OPERAÇÕES
<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS</b>	Administrativo e financeiro	R\$2.592.852,08
	Desenvolvimento institucional	R\$138.294,30
	Comunicação institucional e publicações	R\$337.645,15
	<b>TOTAL DA OPERAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>R\$ 3.068.791,53</b>
<b>PROGRAMAS</b>	Educação popular	R\$1.509.118,99
	Proteção e Cuidado	R\$169.057,25
	Incidência política e Litigância	R\$2.297.382,64
	Cidade e clima	R\$651.090,97
	<b>TOTAL DA OPERAÇÃO DOS EIXOS PROGRAMÁTICOS</b>	<b>R\$ 4.626.649,85</b>
<b>AÇÕES PERMANENTES</b>	Tem Gente com Fome	R\$827.214,01
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>		<b>R\$8.522.655,39</b>

## COMO USAMOS NOSSOS RECURSOS:

TIPO DE DESPESA	VALORES AFERIDOS DAS OPERAÇÕES
<b>CUSTOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS</b>	<b>R\$ 3.068.791,53</b>
<b>PROGRAMAS E AÇÕES PERMANENTES</b>	<b>R\$ 4.626.649,85</b>
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>	<b>R\$7.695.441,38</b>

### RESUMO DO INVESTIMENTO POR PROGRAMA





Instituto de Referência Negra  
**PEREGUM**